

ENSINO SUPERIOR

CRESCER COM

OS PÉS NA TERRA

O desenvolvimento sócio-cultural e económico de uma sociedade mede-se, entre outros factores, pela existência ou não, nessa sociedade, de instituições de ensino superior em quantidade e qualidade suficientes para oferecer uma elevada capacitação técnico-científica e cultural ao maior número possível de cidadãos dessa sociedade. Na República Popular de Moçambique fazer um curso universitário continua a ser privilégio de determinadas pessoas bafejadas pela sorte de serem «resistentes» de Maputo pois, apenas no espaço territorial da capital moçambicana é que existem, até aqui, instituições vocacionadas para oferecer tal nível de ensino. Contudo, tais instituições caracterizam-se por possuir reduzidíssimas capacidades em alojamento para albergar o grande número daqueles que, não sendo naturais ou residentes de Maputo, desejam e têm capacidades para frequentar, com êxito, um curso superior. E, esta distorção, largamente criticada pelo povo, sobretudo, durante o crucial momento de debate das teses ao Congresso, gera (e também) enormes desequilíbrios na distribuição territorial dos recursos laborais do País, o que compromete qualquer projecto sério de desenvolvimento nacional.

Hoje, 14 anos de independência nacional, o Ministério da Educação e o nosso País parece ter já reunido as mínimas condições exigíveis para começar a romper, paulatinamente, com esta irregularidade social herdada do período colonial, avançando com o projecto de abertura de delegações de instituições de ensino superior sediadas na capital e criando, simultaneamente, condições para que todas as províncias tenham, a curto prazo, estabelecimentos de ensino pré-universitário.

É sobre este pano de fundo que o Ministro da Educação, Dr. Aniceto dos Muchangos, falou, segunda-feira última, a jornalistas nacionais sobre as perspectivas do desenvolvimento do ensino superior no País, tendo como ponto de partida a abertura, em Agosto próximo, de uma delegação do Instituto Superior Pedagógico na cidade da Beira.

Aniceto dos Muchangos disse que o seu sector tem vindo a trabalhar num plano prospectivo de desenvolvimento da Educação até ao ano 2000, plano esse que prioriza, sobretudo, os esforços de formação de professores a nível superior. Contudo, a implementação desse plano implica, desde já, a descentralização do ensino pré-universitário e superior, o que, significa, por outras palavras, avançar-se, desde já, com a criação de condições para que fora da cidade de Maputo haja, também, instituições universitárias e pré-universitárias em quantidade e qualidade requeridas pelo crescimento das graduações anuais da escola secundária moçambicana.

Como ponto de partida, o Instituto Superior Pedagógico, criado em 1986, vai abrir em Agosto próximo uma delegação na cidade da Beira, delegação que gradualmente vai-se autonomizando até tornar-se Instituto Superior Pedagógico da Beira. Para já vai apenas abrir com dois cursos de licenciatura, nomeadamente História e Geografia, e Matemática e Informática. A introdução da Informática corresponde aos esforços do Ministério da Educação de formação de professores desta área de conhecimentos, pois no novo plano de estudos, os alunos do ensino pré-universitário vão passar a ter aquela cadeira.

Respondendo a uma pergunta do

te, a abertura de uma delegação da Universidade Eduardo Mondlane na Beira. Pensa-se em avançar-se com dois cursos numa primeira fase, nomeadamente Economia e Direito, disse o Ministro da Educação, acrescentando que tudo deve ser feito com muita planificação e não com precipitação e aventureirismo. Disse ainda que estes esforços concorrem para a resolução de um problema político, que é o problema da Unidade Nacional, o problema da criação de igualdade de oportunidades a moçambicanos residentes em várias partes do País e que não têm condições de residir na capital.

Aniceto dos Muchangos defende

por Salomão Moyana
Fotos de Adriano Murato

Jornal «Domingo» sobre porque é que só o Instituto Superior Pedagógico é que pensa abrir delegações provinciais e não, também, a Universidade Eduardo Mondlane, o Ministro da Educação disse que a Universidade está igualmente engajada em preparar condições para a sua descentralização, havendo alguns obstáculos relacionados com os custos dos cursos universitários. Mesmo assim, apontou a transferência da Faculdade de Agronomia para o Umbeluzi e a criação da Faculdade de Engenharia Florestal em Machipanda, na província de Manica.

«Mas está-se a estudar, igualmente

que estes passos não serão dados sem dificuldades e problemas. Há-de haver problemas, sobretudo de bibliografia, recrutamento de professores qualificados, instalações para alojar os contingentes de estudantes que se apresentarem, entre outros vários.

Mas se tivermos medo de problemas, se tivermos medo de iniciar um trabalho por recer, provocar problemas, então, podemos ver que nem no ano 2000 possamos ter realizado uma única acção, porque se não temos problemas significa que estamos estagnados, portanto, eu espero que existirão problemas e

ISP prevê matricular 600 estudantes, o que levantou algumas dúvidas, pois a actual capacidade das instalações do ISP não permite mais ingressos. Sobre isto o nosso Jornal pediu a opinião do titular da pasta da Educação:

— Em Agosto vamos ter uma situação nova no ISP. Estão sendo preparadas novas instalações para albergar aquele número previsto de estudantes, disse o Ministro, sem contudo, adiantar pormenores sobre a localização das referidas instalações.

Disse que depois de Sofala, o ISP deverá estender-se, no segundo quinquénio da próxima década, a Nampula, pois a política consiste em avançar primeiro para aqueles locais onde já existem as mínimas condições em infra-estruturas bem como em possibilidade de recrutamento fácil, quer de estudantes, quer de professores para o funcionamento de uma instituição do ensino superior.

Outro factor que deverá ser tido em consideração neste avanço do ensino superior no nosso País, são as graduações que forem acontecendo no ISP (Maputo), isto é, o próprio Instituto é uma fonte importante de recrutamento de professores para trabalharem no mesmo Instituto ou nas suas delegações provinciais.

Mas, voltando à evolução do ISP (Maputo) deve-se salientar que a partir de Agosto próximo vai introduzir o sistema de cursos vespertinos, os quais, começando por volta das 16 horas funcionarão até cerca das 20 horas dos dias úteis da semana, o que abre uma possi-

bilidade àqueles cidadãos que, desejando frequentar um curso superior, não podiam fazê-lo por carecer de dispensa dos respectivos serviços e/ou por não suportar os avultados descontos que se efectuam em vários organismos nos salários daqueles trabalhadores que, também, procuram estudar. Os cursos a serem introduzidos à noite, são, igualmente de licenciatura nas seguintes áreas:

História, Geografia e Matemática. Uma particularidade destes cursos é que, ao invés de durarem quatro anos e seis meses, como acontece com os ministrados no curso diurno, eles vão ter uma duração de seis anos lectivos.

Perguntámos ao Dr. Aniceto dos Muchangos o porquê de o ensino superior não possuir, ao nível do Ministério da Educação, uma Direcção, uma estrutura que responda pelo seu desenvolvimento, à semelhança do que acontece com os restantes subsistemas de ensino. Sobre isto, o Ministro informou que uma das tarefas prioritárias do Ministério, neste momento, é impulsionar a estruturação, a nível central, do subsistema do ensino superior, o que permitirá uma maior planificação do desenvolvimento deste importante subsistema de educação.

Paralelamente a estes passos, o Ministério da Educação intensificará a criação de condições para que, a curto prazo, existam estabelecimentos, em todas as províncias do País, de ensino pré-universitário. Hoje, apenas Maputo, Chókwè, Beira, Quelimane e Nampula é que possuem aquele tipo de esta-

Limitações a vencer

TENHO estado bastante atento à evolução do ensino superior no nosso País, pois sempre pensei que o País será mais democrático e próspero quanto maior for o número de cidadãos moçambicanos graduados pelo ensino superior. Tenho ficado, agradavelmente, surpreendido pelo número de licenciados que, ultimamente, têm aparecido na nossa praça, colocando à prova da realidade a validade ou não dos anos da faculdade.

Quando vejo esses graduados todos cá fora, penso sempre que são de louvar publicamente os esforços despendidos pelo Ministério da Educação do nosso País, desde o longínquo ano de 1975, na área da formação de quadros ao nível superior, enviando tanto quanto possível «miúdos» para diversos países do mundo e que hoje comecem a regressar com os seus certificados de «Licenciado», alguns trazem mesmo certificados de cursos de Pós-Graduação que frequentaram com êxito.

Na Universidade Eduardo Mondlane, no Instituto Superior Pedagógico, no Instituto Superior de Relações Internacionais a gente encontra professores moçambicanos, em alguns casos mais competentes que os seus colegas «cooperantes», o que significa grande esforço nacional de investimento na formação de quadros superiores de Educação, e não só.

Em quase todos os países do mundo a gente encontra lá um moçambicano, frequentando este ou aquele curso, enviado pelo Estado, pela Igreja, pela ODM, ou por outra entidade qualquer, mas, o que é fundamental é que ele estuda e após os estudos regressa ao País, onde nem sempre é correctamente enquadrado.

Penso que é isto um dos significados da independência nacional, penso que é isto um dos significados da democratização e massificação do ensino e, seguramente, isto conduzirá ao aumento do desenvolvimento cultural do País.

Contudo, e isto não é para manchar os esforços que se fazem, sinto que ao nível das instituições nacionais de ensino superior deve haver ainda muito trabalho por fazer de forma a que os planos de estudo e a exigência dos professores correspondam, realmente, às necessidades do País. Escrevi isto porque nas regulares visitas que tenho efectuado aos estabelecimentos de ensino superior tenho ouvido bastas reclamações dos estudantes, que acham que o professor X não tem qualidade de «nem para ensinar num nível pré-universitário», isto é, os estudantes reclamam pela baixa qualificação da maioria dos professores que hoje trabalham nas instituições de ensino superior moçambicanos.

Na Assembléia Geral dos estudantes universitários, realizada no dia 20 de Maio, para fazer ponto da situação das suas reivindicações, aqueles decidiram denunciar uma série de anomalias e incompetências cometidas pelos seus professores,

os quais, segundo foi dito, não possuem, na sua maioria, as qualidades científicas requeridas a um professor universitário.

Disseram que a UEM se havia tornado na «mais internacional de todas as universidades do mundo, uma vez que cada professor é permitido implementar o sistema de ayaliação vigente na sua terra de origem, e que muitos professores estavam pura e simplesmente a «fazer currículo» ali na UEM. No Instituto Superior Pedagógico, durante o estudo das teses ao 5.º Congresso do Partido Frelimo, os estudantes denunciaram, igualmente, várias incongruências e limitações dos seus docentes, acusando-os de estarem a aprender «com os estudantes» a melhor forma de ensinar, o que não é salutar neste momento.

Mas, outro problema que foi apontado sobre o ISP é o facto de a maioria dos primeiros estudantes daquele Instituto terem ido até ali «graças à sua dedicação ao trabalho, disciplina e espírito de camaradagem», e não, precisamente, porque reuniam as condições académicas exigidas para o ingresso, facto este que obriga muitos docentes a descer ao nível deles».

Contudo, parece estar quase a ser ultrapassado com a implementação dos exames de admissão, na sequência dos quais apenas os melhores poderão ser admitidos.

Penso que parte dos problemas atrás referidos existem por falta, no Ministério da Educação, de uma estrutura de atenção ao ensino superior no nosso País e, também, por razões de carácter organizativo das referidas instituições de ensino. A propósito deste último aspecto foi referido no ISP que é frequente aquela instituição começar a preocupar-se pelo recrutamento de professores no meio do ano lectivo, isto é, várias cadeiras ficam meses sem professores, o que redundará na má preparação dos estudantes, os quais muitas vezes terminam uma fase da sua formação com uma visão bastante estreita e limitada, o que não lhes habilita a responder às solicitações da vida actual em Moçambique.

«Bom eu acho que até à nossa licenciatura a nossa visão será a visão de textos de apoio, horrivelmente escritos pelo nosso professor que mal domina a Língua Portuguesa, pois para além desses textos de apoio não temos, nem debates, nem palestras, nem outras formas de informação normalmente utilizadas em instituições deste nível», comentou um estudante do segundo ano do ISP, o qual criticou a «desorganização desta nossa casa».

São estes problemas que penso que devem ser tidos em consideração para um avanço firme do ensino superior no nosso País, avanço que, naturalmente, não estará isento de outros problemas, conforme fez questão de sublinhar o Dr. Aniceto dos Muchangos.

S. M.